

CONTRA A DISCRIMINAÇÃO

Índios defendem mudanças

LÍDERES DEFENDEM A CRIAÇÃO DE UNIVERSIDADES INDÍGENAS COMO FORMA DE IMPEDIR QUE A SOCIEDADE CONTINUE A EXCLUIR AS TRIBOS

RODRIGO ARAÚJO

Entre as propostas apresentadas pela delegação brasileira na 3ª Conferência das Nações Unidas Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada este fim-de-semana em Durban, na África do Sul, poucas levaram em consideração a questão indígena. O fato desagradou representantes de órgãos indígenas do Amazonas, que também reclamaram da fraca participação de índios na delegação - entre os 51 delegados brasileiros apenas dois são índios.

Na avaliação do titular da Coordenadoria das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Euclides Pereira Macuxi, a delegação deveria levar um número maior de índios, já que os indígenas ainda sofrem bastante com o preconceito na sociedade brasileira. "Como poderíamos ter voz na conferência se a nossa participação se resumiu a apenas dois representantes?", indagou o coordenador, informando que a comitiva brasileira teve uma índia de Roraima, Irani Macuxi, e outra do Rio Grande do Sul, Azilene Caigang.

Euclides comentou que as organizações indígenas de todo o Brasil se reuniram no Rio de Janeiro, num evento realizado de 6 a 8 de julho deste ano, para discutir propostas que seriam levadas para a conferência mundial. Ele salientou que durante o evento também foram debatidas mudanças na legislação brasileira que, na ava-



Estudo nas universidades de brancos não atendem aos interesses culturais e religiosos dos índios e mantém o preconceito, segundo as lideranças

liação de Euclides, ainda é muito preconceituosa quando define que o indígena é "incapaz".

De acordo com o coordenador, o Brasil ainda apresenta sérios problemas de discriminação racial em relação aos índios. Ele afirmou que, no interior do Amazonas, a exclusão social do indíge-

na é mais latente. "O preconceito é facilmente percebido com o tratamento dispensado ao estudante, ao professor, ao agente de saúde indígena. Essa discriminação dificulta a inserção do índio em alguns segmentos produtivos da sociedade. Seria bom discutir essas questões na conferência

mundial. Talvez fossem encontradas algumas soluções para esses problemas", considerou.

UNIVERSIDADE

Na opinião de Euclides, a reserva de vagas para índios nas universidades não é uma boa idéia. Para ele, essa medida só

umentaria o preconceito contra os indígenas. "O que todas as lideranças discutem é a criação da universidade indígena, onde as questões culturais, religiosas e de costumes seriam amplamente respeitadas", comentou.

Euclides disse que somente com a criação de uma universida-

de indígena haverá uma revolução na educação das tribos. "Os cursos devem ser oferecidos nos municípios próximos às aldeias. Fica complicado tirar o índio de sua tribo para estudar na capital. Desta forma, ele se distancia de seu povo, deixando para trás sua cultura e seus costumes", avaliou.

DEMARCAÇÃO DE TERRAS

Estudante diz que Governo é omissos

Para a estudante Miquelina Tucano, 42, uma participação maior na conferência das Nações Unidas poderia ajudar os povos indígenas brasileiros em algumas questões internas. Ela observou que, com uma certa pressão internacional, o Governo poderia se apressar em aprovar o Estatuto do Índio, que tramita no Congresso Nacional desde 1992, e a demarcação de terras indígenas em todo o País. Miquelina faz parte do Movimento dos Estudantes Indígenas do Amazonas (Meiam)

e participa do curso sequencial para lideranças indígenas da Universidade do Amazonas. Ela participou da reunião realizada este ano no Rio de Janeiro e disse que as lideranças estavam entusiasmadas em participar da conferência mundial. "O problema é que a delegação destinou apenas duas vagas para os representantes indígenas. Essa determinação inviabilizou a participação dos envolvidos no processo, pois as passagens aéreas são muito caras", disse.

Amazonas sediará conferência nacional

João Pinduca Rodrigues - 16/abr/01

O Estado do Amazonas vai sediar, no próximo ano, uma conferência nacional para discutir os problemas de racismo e discriminação racial contra os povos indígenas. A informação é do diretor presidente da Fundação Estadual de Política Indigenista do Amazonas (Fepi), professor Ademir Ramos, que também ficou indignado com o pouco espaço destinado às lideranças indígenas pela organização da delegação brasileira.

Ramos comentou que a idéia vem amadurecendo a cada encontro de lideranças que vêm sendo realizados em vários Estados brasileiros. Ele ressaltou que alguns assuntos precisam ser debatidos com urgência. "Temos que dar continuidade ao processo de elaboração do estatuto dos povos indíge-

nas, que definirá a conduta e a garantia dos direitos do índios", argumentou.

Para o professor, a decisão de levar apenas dois representantes indígenas para a conferência mundial foi uma prova de discriminação. "Isso aconteceu porque os índios representam apenas 0,2% da população brasileira. Ou seja, eles são a minoria da minoria", ironizou.

Na avaliação de Ramos, a decisão dos organizadores da delegação brasileira veio na contramão das ações que vêm sendo realizadas pelo Governo do Estado. "Enquanto nós criamos o conselho indígena e a fundação de política indígena, o Governo Federal barra a comitiva que representaria as nações de todo o País", considerou.



DEBATE Ademir acha que preconceito não diminuiu